



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista de Contas** **Especialidade Direito**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Objetiva Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho das questões da Prova Discursiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever as questões discursivas, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

O preço da virtude

Nossas qualidades naturais são, já por si, virtuosas? Pessoas de temperamento calmo e índole generosa, por exemplo, podem ser vistas como gente indiscutivelmente meritória? Mulheres e homens bem intencionados devem ser julgados apenas com base em suas boas intenções? Tais perguntas nos levam a um complicado centro de discussão: haverá algum valor moral nas ações que se executam com naturalidade, sem o enfrentamento de qualquer obstáculo, ou o que é natural não encerra virtude alguma, já que não encontra qualquer adversidade?

Há quem defenda a tese de que somente há virtude numa ação benigna cujo desempenho implica algum sacrifício do sujeito. A virtude estaria, assim, não na natureza do indivíduo, mas na sua firme disposição para sacrificar-se em benefício de um outro ser ou de um ideal. O sacrifício indicaria o desprendimento moral, o ato desinteressado, a disposição para pagar um preço pela escolha feita: eu me disponho a passar fome para que essa criança se alimente; eu deixo de usufruir um prazer para que o outro possa experimentar-lo.

Nessa questão, valores éticos e valores religiosos podem até mesmo se confundir. A palavra sacrifício tem o sagrado na raiz; mas não é preciso ser religioso para se provar a capacidade de renúncia. Quanto ao preço a pagar, não há dúvida: sempre reconheceremos mais mérito em quem foi capaz de agir passando por cima de seu próprio interesse do que naquele que agiu sem ter que enfrentar qualquer ônus em sua decisão.

(TRANCOSO, Doroteu. *Inédito*)

1. Com base na tese desenvolvida no texto,
- (A) as ações de uma pessoa de temperamento calmo e índole generosa deixam de ter mérito quando ela suplanta sacrifícios inerentes às ações.
 - (B) mulheres e homens bem intencionados, a despeito de alimentarem bons propósitos, não são capazes de demonstrar algum mérito verdadeiro em suas ações.
 - (C) as ações executadas com grande naturalidade podem ser benignas, mas somente serão virtuosas se se furtarem a todo e qualquer sacrifício.
 - (D) as virtudes não devem ser reconhecidas nas expansões naturais do indivíduo, mas na sua capacidade de sacrificar-se na afirmação de um valor moral.
 - (E) os valores éticos e religiosos já são, por si mesmos, virtudes reais, uma vez que não dependem do sacrifício de ninguém para que venham a afirmar-se.

2. Considere as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, o conceito de *adversidade* está empregado para caracterizar situações em que não há necessidade de *sacrifício*.
 - II. No segundo parágrafo, deve-se entender por *ação benigna* aquela que implica, necessariamente, o sacrifício de quem a executa.
 - III. No terceiro parágrafo, reafirma-se a tese de que os sacrifícios pessoais são inerentes às ações autenticamente virtuosas.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido do segmento em:

- (A) *de índole generosa* (1º parágrafo) = de natureza magnânima
- (B) *não encontra qualquer adversidade* (1º parágrafo) = não se tolhe por qualquer contrassenso
- (C) *indicaria (...) o ato desinteressado* (2º parágrafo) = assinalaria o gesto desinteressante
- (D) *deixo de usufruir um prazer* (2º parágrafo) = abstenho-me de um usufruto prazenteiro
- (E) *capacidade de renúncia* (3º parágrafo) = habilitação para o comprometimento

4. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) O autor do texto não considera de que nas qualidades atribuídas pela natureza nosso caráter mereça a pecha de virtuosismo.
- (B) Conforme diz o velho acsioma, de boas intenções até o inferno se replete, assegurando assim toda a sua inocuidade.
- (C) Não haveria porque se considerar benigna uma ação aonde lhe faltasse qualquer indício mínimo de sacrifício.
- (D) Quando há desprendimento moral, apesar do sacrifício, cuja virtude se patenteia exatamente em função disto.
- (E) Disponha-se a pagar o preço da virtude, cobrado na forma de um sacrifício, quem almeja ser virtuoso.



5. Para integrar corretamente a frase, o verbo entre parênteses deverá flexionar-se concordando com o elemento sublinhado em:
- (A) Às qualidades naturais do indivíduo (**dever**) corresponder alguma inclinação sua para o sacrifício, se ele almeja a virtude.
 - (B) É nas escolhas mais difíceis que se (**atestar**), efetivamente, a aptidão dos indivíduos ao sacrifício virtuoso.
 - (C) O desprendimento moral manifesto nas ações desinteressadas (**constituir**) uma prova de alta virtude.
 - (D) Não falta, sobretudo em nossos dias, quem ache que o exercício da virtude não (**compensar**) os sacrifícios pessoais.
 - (E) Ao mérito indiscutível de uma virtude (**dever**) associar-se os sacrifícios todos que seu exercício implica.
-
6. Está plenamente correta a transposição de uma voz verbal para outra em:
- (A) O sacrifício deve ser visto como prova de virtude. = Uma prova de virtude deve ser considerada prova de virtude.
 - (B) Eles haveriam de defender essa tese com todo o ardor. = Essa tese haveria de ser defendida por eles com todo o ardor.
 - (C) Os sacrifícios indicariam grande desprendimento moral. = Grande desprendimento moral teria indicado os sacrifícios.
 - (D) Ele não costuma submeter-se a valores éticos. = Ele não é submisso em relação a valores éticos.
 - (E) Poucos aceitam pagar os ônus de uma virtude. = Os ônus de uma virtude seriam pagos por poucos que a aceitam.

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Suficiência e excesso

O que preferes: ter muito ou apenas o suficiente? Aquele que tem muito deseja sempre ter mais, o que prova não ser suficiente o que já possui. Aquele que possui o suficiente obteve o que o rico jamais poderá atingir, ou seja, o fim de seus desejos. Jamais é pouco o suficiente, jamais é muito o que não satisfaz. Alexandre, após vencer Dario e os persas, continua pobre. Estou enganado? Ele continua a buscar novas conquistas, a aventurar-se por mares desconhecidos, a enviar ao oceano frota nunca vistas, pode-se dizer, a romper todas as fronteiras. Aquilo que é suficiente para a natureza não o é para esse homem!

O dinheiro nunca tornou alguém verdadeiramente rico; ao contrário, sempre causou mais cobiça – uma forma de sentir-se pobre. Quem mais tem não é quem mais quer ter? Quem tem o suficiente é rico do que já lhe basta.

(Adaptado de: SENECA. **Aprendendo a viver**. Porto Alegre: L&PM, 2010.)

7. Sêneca defende a tese de que
- (A) o excesso de confiança costuma acarretar prejuízo absoluto para aquele que sonha em demasia.
 - (B) só se assegura do que lhe é suficiente aquele que se contenta com menos do que precisaria ter.
 - (C) as metas excessivamente altas não levam à satisfação que é proporcionada pelo que seja suficiente.
 - (D) a autossuficiência de quem acha que pode muito mais acaba por lhe retirar o pouco que poderia conseguir.
 - (E) as iniciativas para se realizar um projeto ambicioso perdem-no de vista no meio do caminho.
-
8. Considerando-se o contexto, entende-se corretamente uma afirmação do texto em:
- I. *Aquele que possui o suficiente obteve o que o rico jamais poderá atingir* (1º parágrafo) = Quem se contenta com a suficiência não conhecerá a abundância.
 - II. *Jamais é pouco o suficiente, jamais é muito o que não satisfaz* (1º parágrafo) = Quando o suficiente não é pouco, nem o muito pode satisfazer.
 - III. *Quem tem o suficiente é rico do que já lhe basta* (2º parágrafo) = A suficiência é a riqueza de quem não quer mais do que já possui.
- Atende ao enunciado o que está em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) III, apenas.

9. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) O filósofo Sêneca, pensador da antiguidade clássica e figura influente do império romano, aplicou-se em análises do comportamento humano, que, segundo ele, mostra fragilidades que poderiam ser evitadas, tais como o excesso de ambição e a entrega irracional às paixões.
 - (B) O filósofo Sêneca, pensador da antiguidade clássica, e figura influente do império romano, aplicou-se em análises do comportamento humano; que segundo ele, mostra fragilidades que poderiam ser evitadas: tais como o excesso de ambição e a entrega irracional às paixões.
 - (C) O filósofo Sêneca, pensador da antiguidade clássica e figura influente do império romano, aplicou-se, em análises do comportamento humano, que segundo ele mostra fragilidades – que poderiam ser evitadas, tais como: o excesso de ambição e a entrega irracional às paixões.
 - (D) O filósofo Sêneca pensador da antiguidade clássica, e figura influente do império romano, aplicou-se em análises do comportamento humano que, segundo ele mostra fragilidades, que poderiam ser evitadas, tais como o excesso de ambição, e a entrega irracional às paixões.
 - (E) O filósofo Sêneca, pensador da antiguidade clássica, e figura influente do império romano aplicou-se em análises do comportamento humano que, segundo ele, mostra fragilidades, que poderiam ser evitadas tais como o excesso de ambição, e a entrega irracional às paixões.



10. É clara e plenamente correta a **redação** da seguinte frase:
- (A) Quem não deter sua ambição deixará de alcançar até mesmo o que lhe estivesse ao seu alcance.
 - (B) As ambições desmedidas, de cujas tantos se nutrem, acabam por frustrar esse ambicioso sem peias.
 - (C) A razão da qual muitos não se satisfazem com o que tem deve-se ao descontrole da própria ambição.
 - (D) O excesso de dinheiro, ao contrário do que se imagina, vai de encontro ao prazer da simples suficiência.
 - (E) Louve-se os esforços daquele que busca satisfazer ambições pequenas, postulando as excessivas.

Controle Externo

11. O Ministério Público de Contas – MPC do Estado de Mato Grosso foi criado por meio da Emenda Constitucional 58/10 e é instituição permanente, essencial às funções de fiscalização e controle externo contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial. É regra atinente ao MPC:

- (A) A unidade, a indivisibilidade e a inamovibilidade incluem-se entre os princípios institucionais.
- (B) Será integrado por seis procuradores de contas de carreira própria.
- (C) Investidura a termo de um ano do Procurador-Geral de Contas.
- (D) Vedação à recondução imediata do Procurador-Geral de Contas.
- (E) Assegurar aos Procuradores direitos e garantias dos Conselheiros do Tribunal de Contas.

12. Nos termos previstos na Constituição Federal, os Tribunais de Contas podem julgar, registrar e emitir parecer prévio no exercício de sua competência. Assim, é objeto de registro

- (A) a prestação de contas de uma entidade sem fins lucrativos.
- (B) as contas anuais do Prefeito.
- (C) os contratos celebrados pela Câmara Municipal.
- (D) as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.
- (E) a legalidade da concessão de aposentadoria na Administração direta.

13. Uma autarquia de um município do Estado de Mato Grosso, de seis mil habitantes, publicou na internet um edital para contratação de uma empresa para a manutenção dos próprios públicos. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, que trata do acesso à informação, a divulgação eletrônica NÃO era obrigatória porque

- (A) as autarquias municipais não se subordinam à referida lei.
- (B) o município tem menos de dez mil habitantes.
- (C) editais de licitação não integram o rol de atos de divulgação obrigatória pela internet.
- (D) atos referentes à administração de próprios públicos não são regulados pela referida lei.
- (E) não se constituía em despesas relacionadas à saúde e educação.

14. A Prefeitura de um município do Estado de Mato Grosso repassou a uma entidade sem fins lucrativos o valor de R\$ 5.000,00 a título de subvenção social. Todavia, a entidade não prestou contas da utilização desse montante e o Sr. Prefeito não tomou nenhuma medida a respeito. O ato do administrador público, por ter atentado contra o patrimônio público, está sujeito à multa. Tomando como referência a unidade padrão fiscal do Estado de Mato Grosso – UPFs/MT, essa multa está limitada a

- (A) 300 vezes a UPFs/MT.
- (B) 500 vezes a UPFs/MT.
- (C) 1.000 vezes a UPFs/MT.
- (D) 1.500 vezes a UPFs/MT.
- (E) 2.000 vezes a UPFs/MT.

15. A principal bandeira da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF foi a imposição de que o administrador público seja um gestor responsável, o que inclui a realização de um planejamento e o acompanhamento da execução orçamentária para que as receitas previstas ocorram. Um Prefeito verificou, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Nesse caso, a medida que a LRF impõe é

- (A) limitação de empenho e movimentação financeira.
- (B) decretação de moratória da dívida pública.
- (C) possibilidade de quebra de ordem cronológica de pagamentos.
- (D) prorrogação unilateral da data de vencimento das obrigações.
- (E) limitação de pagamentos de despesas não relacionadas à folha de pagamento, saúde e educação.

16. Na relação de despesas de uma Prefeitura constaram gastos com: A – subsídios; B – gratificações; C – incentivos à demissão voluntária; D – indenização por demissão de servidores; E – INSS. Nos termos da LRF, entram no cômputo dos gastos com pessoal as despesas

- (A) A, B, C, D e E.
- (B) A, B e E, apenas.
- (C) A, C e D, apenas.
- (D) C e D, apenas.
- (E) B, C e E, apenas.



17. Tendo em vista a necessidade da boa gestão das receitas e despesas, a LRF destinou capítulo especial à dívida e ao endividamento públicos. Nos termos desse regramento, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívida pelo ente da federação equipara-se
- (A) ao endividamento público por estimativa.
 - (B) à dívida principal consolidada.
 - (C) ao refinanciamento da dívida pública.
 - (D) à concessão de garantia.
 - (E) à operação de crédito.
-
18. Cinco dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT exercem atividades paralelas ao exercício desse cargo público: Argus exerce cargo de magistério; Beneditus é acionista de sociedade anônima; Carlus é acionista em sociedade em comandita por ações; Demetrius exerce cargo de direção sem remuneração em associação de classe; Eduardus dedica-se a atividades político-partidárias. Nos termos do Regimento Interno do TCE-MT, é prática vedada a exercida pelo Conselheiro
- (A) Argus.
 - (B) Beneditus.
 - (C) Carlus.
 - (D) Demetrius.
 - (E) Eduardus.
-
19. O Regimento Interno do TCE-MT prevê sua estrutura organizacional básica, com atribuição de competências. A competência para exercer o controle dos prazos regimentais e para expedir a carteira de identificação funcional aos servidores é, respectivamente, do
- (A) Presidente do Tribunal e do Presidente do Tribunal.
 - (B) Presidente do Tribunal e do Vice-Presidente do Tribunal.
 - (C) Presidente do Tribunal e do Corregedor-Geral.
 - (D) Corregedor-Geral e do Presidente do Tribunal.
 - (E) Corregedor-Geral e do Vice-Presidente do Tribunal.
-
20. A eleição para Presidente do TCE-MT pode ser decidida pelo critério da antiguidade, bastando para isso que em um segundo escrutínio, hipótese em que concorrem apenas os dois candidatos mais votados, nenhum deles ainda obtenha maioria absoluta. Essa antiguidade será resolvida, como primeiro critério,
- (A) pela data da nomeação.
 - (B) pelo tempo de serviço público.
 - (C) pela data da entrada em exercício.
 - (D) pela idade.
 - (E) pela data da posse.

Direito Constitucional

21. Marcante na evolução histórica da proteção dos direitos fundamentais no constitucionalismo brasileiro foi a construção interpretativa levada a efeito pelo Supremo Tribunal Federal em torno do significado do instituto do *habeas corpus* sob a vigência da Constituição de 1891. Tal orientação jurisprudencial, chamada de “doutrina brasileira do *habeas corpus*”,
- (A) consubstanciou a principal fonte de inspiração do mandado de segurança, *writ* introduzido no ordenamento brasileiro a partir da Constituição de 1934.
 - (B) reconhecia a legitimidade do uso de *habeas corpus* em face de lesão ou ameaça a qualquer dos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados.
 - (C) foi inspirada nos ideais do neoconstitucionalismo.
 - (D) reconhecia a legitimidade do uso de *habeas corpus* em face de lesão ou ameaça a outras liberdades individuais, muito embora o texto constitucional original limitasse expressamente o alcance do *writ* apenas à liberdade de locomoção.
 - (E) caracterizou-se fundamentalmente por dotar o *habeas corpus*, ainda que sem base normativa, de elevado nível de informalidade processual, dispensando a exigência de representação por advogado devidamente constituído e reconhecendo a legitimidade de concessão *ex officio* pela autoridade judicial.
-
22. Entre os princípios constitucionais que regem o Sistema Nacional de Cultura, encontram-se os seguintes:
- (A) diversidade das expressões culturais, interdependência dos entes federados e das instituições da sociedade civil, e promoção do desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.
 - (B) complementaridade nos papéis dos agentes culturais, equidade na forma de participação no custeio, integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas.
 - (C) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, transparência e compartilhamento das informações, integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas.
 - (D) diversidade das expressões culturais, complementaridade nos papéis dos agentes culturais, transparência e compartilhamento das informações.
 - (E) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, promoção do desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais, integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas.



23. Em 02 de abril de 2013, foi promulgada a Emenda Constitucional 72, que promoveu alteração na *redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais*. Em conformidade com as modificações efetivadas pela Emenda, entre os direitos assegurados expressamente aos trabalhadores domésticos, *atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades*, encontram-se os seguintes:
- (A) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento e proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
 - (B) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento e piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
 - (C) proteção em face da automação, fundo de garantia do tempo de serviço e adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.
 - (D) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, e piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
 - (E) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, fundo de garantia do tempo de serviço e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.
-
24. O julgamento das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República constitui ato a ser veiculado mediante
- (A) acórdão do Tribunal de Contas da União.
 - (B) decreto legislativo do Congresso Nacional.
 - (C) resolução do Congresso Nacional.
 - (D) lei ordinária federal.
 - (E) sentença judicial.
-
25. As Constituições *codificadas* ou *orgânicas* caracterizam-se por
- (A) não contemplarem em seu texto normas de eficácia limitada, de forma que todo o corpo normativo-constitucional seja dotado de aplicabilidade imediata.
 - (B) disporem minudentemente sobre toda a atividade política, de modo a oferecer disciplina casuística e exauriente a todos os casos de natureza constitucional.
 - (C) tornarem dispensável a disciplina legislativa da ordem política, econômica e social.
 - (D) estarem contidas num único texto normativo, contemplando ordenação sistemática de suas disposições mediante articulação em títulos, capítulos e seções.
 - (E) guardarem identidade com a noção de bloco de constitucionalidade.
-
26. Do mesmo modo que a ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade
- (A) inadmite, após ter sido ajuizada, a extinção do processo em razão da desistência do autor.
 - (B) não será conhecida caso dela não conste a indicação da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição normativa objeto da ação.
 - (C) cabe ser proposta em face de lei ou ato normativo federal ou estadual.
 - (D) enseja, em sua tramitação, a citação do Advogado-Geral da União para defender o ato ou texto impugnado.
 - (E) admite, em sua tramitação, o deferimento de pedidos de chamamento ao processo e de assistência.
-
27. O Capítulo VIII do Título VIII da Constituição (Ordem Social) é destinado a dispor sobre os direitos dos índios. A esse propósito, assegura às comunidades indígenas a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Ao interpretar tais diretrizes, o STF tem se pronunciado no sentido da adoção da chamada teoria do fato indígena como critério definidor das áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios. Esse critério implica identificar como reserva indígena as terras
- (A) ocupadas por comunidades indígenas, reconhecendo como válido o direito de particulares sobre terras por eles adquiridas apenas quando nelas não existam índios, mesmo que a habitação indígena seja posterior à aquisição.
 - (B) em que se comprove a presença constante e persistente dos índios na data da promulgação da Constituição de 1988.
 - (C) ocupadas por comunidades indígenas, bem como aquelas devidamente demarcadas com base em regimes constitucionais anteriores ao de 1988.
 - (D) em que se comprove a presença constante e persistente dos índios após cinco anos contados da promulgação da Constituição de 1988.
 - (E) em que se comprove a presença constante e persistente dos índios antes da promulgação da Constituição de 1988, desde que não sejam formalmente destinadas a outras finalidades colimadas pela Constituição, a exemplo das unidades de conservação ambiental, das faixas de fronteira e das áreas geograficamente estratégicas reservadas à instalação de unidades e equipamentos militares.



28. A Emenda Constitucional 45, de 2004, estabeleceu rito legislativo especial para que tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos sejam incorporados ao ordenamento interno com estatura equivalente às emendas constitucionais. Esse novo processo de reforma da Constituição, diferentemente do adotado para emendas constitucionais, se caracteriza por
- (A) não contemplar restrições ou limitações materiais aos tratados submetidos à aprovação do Congresso Nacional.
 - (B) requerer a aprovação dos tratados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (C) inadmitir a aprovação de emendas parlamentares aditivas ou modificativas que promovam alterações ao texto submetido ao Congresso Nacional.
 - (D) admitir que os tratados sejam aprovados em sessão unicameral do Congresso Nacional.
 - (E) requerer a aprovação dos tratados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.
-

29. NÃO se encontra entre as competências atribuídas privativamente ao Senado Federal o poder para
- (A) autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União.
 - (B) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União.
 - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - (D) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional em sua estrutura e seus componentes.
 - (E) autorizar, no âmbito da União, a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
-

30. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Constitui efeito imediato da autorização emitida pela Câmara dos Deputados para instaurar processo contra o Presidente da República pela prática de infração penal comum a suspensão do exercício das funções do acusado até sentença final transitada em julgado.
- II. Cabe ao STF julgar os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica pela prática de crime de responsabilidade, quando não houver conexão com infração de mesma natureza atribuída ao Presidente ou Vice-Presidente da República.
- III. A inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública configura, nos termos do texto constitucional, sanção aplicável em face de condenação por crime de responsabilidade ou por conduta incompatível com o decoro parlamentar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) III.
-

31. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Caso o Presidente da República não efetue, após sancionar tácita ou expressamente projeto de lei, a subsequente promulgação do diploma dentro de quarenta e oito horas, deverá o Presidente do Senado promulgá-lo, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.
- II. A substituição do Presidente da República pelo Vice-Presidente da República somente é cabível em casos de impedimento, sendo indevida na hipótese de vacância do cargo.
- III. Está o Presidente da República impedido de ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal caso não a tenha vetado por inconstitucionalidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) II.
 - (D) I e III.
 - (E) III.
-



32. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Incorre em vício material de inconstitucionalidade diploma legal que reconheça ao Banco Central poderes para comprar e vender diretamente títulos de emissão do Tesouro Nacional, ainda que para regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- II. As disponibilidades de caixa de Estados e Municípios devem ser depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei, não ocorrendo vício de inconstitucionalidade caso promovam o depósito da remuneração de seus servidores e funcionários em instituições financeiras privadas.
- III. Em face da preeminência exercida pelo Banco Central no âmbito do sistema financeiro nacional, a definição legislativa de seu Presidente como Ministro de Estado constitui matéria reservada à lei complementar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) III.

Direito Administrativo

33. Municípios limítrofes, localizados dentro de um mesmo Estado brasileiro, celebraram um acordo tendo por objeto a gestão associada de serviços de saneamento em toda a área onde compreendidos seus territórios. Como desdobramento desse negócio jurídico e para consecução de seus objetivos, foi constituída uma pessoa jurídica de direito privado, que ficou responsável pela execução desses serviços, sendo-lhe autorizado, inclusive, emitir documento de cobrança pela prestação destes. Sabe-se que houve repasses públicos por parte desses entes federados em valor total superior a R\$ 20 milhões. Esse caso, trata-se tipicamente de
- (A) uma concessão administrativa.
 - (B) uma concessão patrocinada.
 - (C) um consórcio público.
 - (D) uma associação pública.
 - (E) um contrato de prestação de serviços contínuos.

34. **Terça, 16 de julho de 2013, 11h53**

Controle Disciplinar no serviço público será tema do EAD do TCE-MT nesta quarta-feira (17/07)

A palestrante da 33ª aula do Projeto de Ensino a Distância do Tribunal de Contas de Mato Grosso é secretária-adjunta da Corregedoria Geral da Auditoria Geral do Estado, Cristiane Laura de Souza. O "Workshop de Controle Disciplinar: como você pode fazer a diferença no Serviço Público" ocorrerá nesta quarta-feira (17/07), às 14h30, no auditório da Escola Superior de Contas, e será transmitido ao vivo pelo portal do TCE-MT.

Segundo a palestrante, a punição é decorrente da atividade de controle disciplinar denominada correição e tem a função de reprimir infrações praticadas por servidores públicos. Tal forma de controle é onerosa para a Administração Pública e deve ser utilizada depois de exauridas as outras medidas. É nesse sentido que se volta o controle disciplinar no Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Assim, "a prevenção é a melhor forma de se atingir os objetivos de entregar à sociedade mato-grossense serviços de qualidade, explica Souza. (...)"

(<http://www.tce.mt.gov.br/conteudo/show/sid/73/cid/35322/t/Controle+Disciplinar+no+servi%27o+p%27Fablico+ser%27E1+tema+do+EAD+do+TCE-MT+nesta+quarta-feira++17+07+>. Último acesso em: 18/10/2013)

O trecho de notícia acima sugere

- (A) uma revisão dos tradicionais poderes da Administração pública, eis que na prática disciplinar do Poder Executivo estadual mato-grossense não mais se adotam controles correicionais.
- (B) que o poder disciplinar da Administração pública também abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.
- (C) que as atividades correicionais inseridas no poder disciplinar da Administração pública seriam menos onerosas ao Estado e mais efetivas quanto à melhoria na qualidade dos serviços públicos ofertados.
- (D) um novo sentido ao controle disciplinar da Administração pública, de priorização, em certos casos, de atividades preventivas – tais como a informação e a capacitação dos servidores públicos –, prevalecendo sobre a tradicional atividade repressiva.
- (E) que não há margens para a discricionariedade administrativa no campo do controle disciplinar, dado o princípio da reserva legal.



35. Nos termos da Lei federal nº 11.107/2005, os consórcios públicos
- (A) ficam dispensados, como regra geral, de realizar procedimento licitatório nos contratos que pretendam celebrar.
 - (B) não são admitidos em caráter condicional ou parcial.
 - (C) podem ser celebrados por apenas uma parcela dos entes federados subscritores do protocolo de intenções.
 - (D) deverão ter definido, no documento que os formalizar, o número de votos que cada ente consorciado possuirá na assembleia geral, inclusive explicitando, se for o caso, o ente que não terá direito a voto.
 - (E) terão seus representantes legais nomeados e exonerados livremente, sendo escolhidos dentre os servidores efetivos dos entes consorciados.
-
36. Considerando-se a organização administrativa do Estado do Mato Grosso, é correto afirmar:
- (A) As atribuições outorgadas pelo Governador do Estado a seu secretário estadual de saúde configuram hipótese de descentralização administrativa.
 - (B) O Estado do Mato Grosso, enquanto Estado-membro da Federação brasileira, detém competência legislativa própria, conferida diretamente pela Constituição Federal, sendo este fenômeno denominado descentralização administrativa.
 - (C) A prestação de serviço público por entidade autárquica estadual mato-grossense representa hipótese de centralização administrativa.
 - (D) A descentralização administrativa não está associada à ideia de distribuição hierárquica de atribuições administrativas entre órgãos integrantes de uma única pessoa jurídica, mas antes à de vinculação de uma entidade dotada de personalidade jurídica própria aos fins legais para os quais ela foi especialmente criada.
 - (E) A centralização administrativa é decorrência lógica da adoção do modelo de Estado unitário e significa a subordinação da atividade legislativa dos Estados às leis estabelecidas pelo poder central.
-
37. A Lei nº 12.462/2001, ao prever sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, passou a
- (A) vedar a participação, mesmo que indireta, nas licitações para contratação integrada, da pessoa que elaborou o projeto básico ou executivo correspondente.
 - (B) admitir o critério de maior retorno econômico para julgamento de propostas.
 - (C) prescindir dos princípios previstos na Lei nº 8.666/1993, derrogando-os e consagrando um sistema principiológico próprio para esse novo regime.
 - (D) vedar a divulgação do orçamento estimado, mesmo para órgãos de controle externo, enquanto não encerrada a licitação.
 - (E) exigir a adoção desse regime para a construção das instalações públicas necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.
-
38. Uma empresa firmou contrato de prestação de serviços de limpeza com um Município do Estado do Mato Grosso, com duração de 30 meses. No decorrer de sua execução, no entanto, um dissídio coletivo definiu um reajustamento no salário dos funcionários da empresa contratada, representativo da inflação verificada no último ano, não muito diferente das inflações havidas nos 5 anos anteriores. Por entender que o contrato tornou-se inexequível em decorrência do reajuste deliberado, a empresa propôs revisão contratual ao Prefeito municipal. Neste caso, na linha de assentada jurisprudência do STJ e do Tribunal de Contas da União, o aditamento contratual
- (A) é possível, eis que se está diante de fato imprevisível ao tempo em que foi elaborada a proposta pelo contratado.
 - (B) é possível, pois se trata de contrato de prestação de serviços de forma contínua e, não obstante o fato seja previsível, as consequências são incalculáveis.
 - (C) não é possível, pois somente no interesse exclusivo da Administração pública se admite alteração de contrato administrativo.
 - (D) não é possível, pois para garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, as condições inicialmente pactuadas entre as partes devem ser mantidas ao longo de toda a sua execução.
 - (E) não é possível, pois o reajuste salarial decorrente de dissídio coletivo é considerado fato previsível, não configurando álea financeira extraordinária.
-
39. No direito brasileiro, os regulamentos são atos essencialmente
- (A) enunciativos, dotados de generalidade, abstração e imutabilidade.
 - (B) negociais, de efeitos concretos e uso específico no campo do exercício do poder de polícia.
 - (C) legislativos, de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.
 - (D) autônomos e de mesmo nível hierárquico que as leis, dispondo sobre organização administrativa, criação ou extinção de órgãos públicos.
 - (E) normativos, que especificam ou complementam a lei para sua fiel execução, sem contudo inovar no mundo jurídico.



40. Considerando a Emenda Constitucional 70/2012, que trouxe mudanças em matéria de regime previdenciário de agentes públicos, um servidor público estadual que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 (data da publicação da Emenda Constitucional 41) e que venha a se aposentar
- (A) por invalidez permanente, terá direito a proventos de aposentadoria calculados pela média das remunerações utilizadas como base para suas contribuições ao regime de previdência.
 - (B) por invalidez permanente, terá direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
 - (C) compulsoriamente, terá direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
 - (D) compulsoriamente, terá direito a proventos de aposentadoria calculados pela média das remunerações utilizadas como base para suas contribuições ao regime de previdência.
 - (E) por tempo de serviço, terá direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
-
41. Romero, servidor ocupante de cargo efetivo na Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso, após acalorada discussão em serviço com Oiclef, colega seu de repartição, desferiu-lhe uma série de golpes, ferindo-o consideravelmente. Tramitado o respectivo processo administrativo disciplinar, concluiu-se pela aplicação da pena de demissão a Romero. Neste caso, consoante o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração direta, autarquias e fundações públicas do Estado do Mato Grosso (Lei Complementar Estadual nº 04/1990), a autoridade competente para aplicar tal penalidade é o
- (A) Governador do Estado.
 - (B) Secretário de Estado da Saúde.
 - (C) Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.
 - (D) Secretário de Estado da Administração.
 - (E) Procurador-Geral do Estado.
-
42. Segundo a Lei nº 8.429/1992, sobre improbidade administrativa,
- (A) as disposições da referida lei são de aplicação restrita a agentes públicos, não incidindo sobre agentes políticos ou particulares, ainda que tenham induzido ou concorrido para a prática do ato de improbidade.
 - (B) poderão ser sujeitos passivos de atos de improbidade administrativa quaisquer entidades, integrantes ou não da Administração pública, desde que exerçam funções de interesse público.
 - (C) o servidor público processado por ato de improbidade administrativa atentatório contra os princípios da Administração pública está sujeito à cassação dos seus direitos políticos.
 - (D) o afastamento do agente público no curso da ação civil por improbidade administrativa, quando necessário à instrução do respectivo processo, se fará sem prejuízo da remuneração.
 - (E) o agente público, caso não tenha havido enriquecimento ilícito, não estará sujeito à perda da função pública.
-
43. Os processos administrativos, em geral, são informados por meio do princípio da
- (A) oficialidade, que assegura a possibilidade de instauração do processo administrativo e de sua impulsão por iniciativa da Administração, independentemente de provocação do administrado.
 - (B) tipicidade, segundo o qual as infrações administrativas, tais quais as penais, deverão vir descritas em lei para que as sanções respectivas possam ser aplicadas aos servidores públicos que as tenham praticado.
 - (C) pluralidade de instâncias, que permite que decisões administrativas eventualmente impugnadas sejam reapreciadas por um tribunal administrativo superior, de caráter jurisdicional.
 - (D) não gratuidade, fundamentado no fato de não ser justo que toda a sociedade (representada pelo Estado) arque com as despesas de um processo administrativo cuja decisão beneficiará apenas o interessado.
 - (E) ampla defesa, que poderá deixar de ser aplicado excepcionalmente, em caso de risco de vida e segurança da população.
-
44. O diretor de determinada autarquia estadual proferiu decisão que contrariava o interesse legítimo de um particular. No âmbito administrativo, este particular
- (A) poderá interpor recurso repetitivo perante o Secretário de Estado ao qual o diretor da autarquia está subordinado.
 - (B) poderá requerer pedido de reconsideração, que deverá ser endereçado à autoridade imediatamente superior.
 - (C) poderá interpor recurso hierárquico impróprio perante a autoridade da Administração direta estadual à qual se vincula a autarquia, desde que haja expressa previsão legal para tanto.
 - (D) poderá interpor recurso inominado perante o órgão ou entidade federal cujos fins institucionais guardam pertinência temática com os fins da autarquia estadual.
 - (E) nada poderá fazer, em razão da inafastabilidade absoluta do princípio da autonomia administrativa das entidades da Administração indireta, no direito brasileiro.

**Direito Financeiro**

45. O prefeito de um município do Estado do Mato Grosso nomeou vinte cidadãos para cargos em comissão e funções de confiança, verificando, depois, que a despesa total com as remunerações dos secretários, assessores e demais servidores municipais ultrapassavam os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Em obediência a preceito constitucional e para evitar as sanções previstas na lei citada decorrente de despesa excessiva com pessoal, o prefeito, no prazo legal, deverá adotar a seguinte providência em relação aos gastos com servidores nomeados para os cargos em comissão e funções de confiança:
- (A) demissão de cinquenta por cento dos servidores ocupantes dos referidos cargos em comissão e funções de confiança.
 - (B) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com os referidos cargos em comissão e funções de confiança.
 - (C) redução em pelo menos trinta por cento das despesas com as remunerações dos servidores ocupantes dos referidos cargos em comissão e funções de confiança.
 - (D) exoneração de trinta por cento dos servidores ocupantes dos referidos cargos em comissão e funções de confiança.
 - (E) colocação em disponibilidade não remunerada da metade dos servidores ocupantes dos referidos cargos em comissão e funções de confiança.

46. Considere:

- I. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o administrado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- II. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, mas, em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
- III. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar e não será permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- IV. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho", que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, III e IV.

47. Segundo a doutrina, dívida pública é o volume de recursos financeiros obtidos por um ente político, dentro de um determinado período, sob a condição de devolver o referido valor acrescido de juros e dentro de certo prazo determinado. A Lei nº 4.320/1964, no artigo 98, dispõe que *dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos*.

Levando-se em conta as disposições expressas na Constituição de 1988 e na Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, é INCORRETO afirmar:

- (A) Dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- (B) Apesar de o conceito legal dispor que a dívida fundada compreende operações de crédito com prazo superior a doze meses, a legislação vigente dispõe que também são dívidas fundadas as operações de crédito de prazo inferior a 12 meses, cujas receitas tenham constado do orçamento.
- (C) Incluem-se no conceito de dívida fundada os débitos resultantes de precatórios judiciais não satisfeitos no exercício competente, para os fins de aplicação dos limites de endividamento da Dívida Pública, previstos em lei.
- (D) Sobre a dívida fundada, a nossa Constituição dispõe que o seu não pagamento, pelos Estados ou Municípios, por mais de dois anos consecutivos, é motivo para intervenção da União nos Estados e em todos os Municípios da Federação.
- (E) Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.



48. No que tange aos princípios orçamentários, considere:

- I. O princípio da unidade orçamentária significa que o orçamento deve ser elaborado em documento único, ou seja, em um só orçamento, conforme dispõe a Constituição Federal.
- II. As leis orçamentárias devem prever todas as receitas e despesas dos Poderes, dos órgãos, dos fundos e entidades da Administração.
- III. De acordo com o princípio da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- IV. A Constituição Federal determina que seja observado o princípio da não afetação ou não vinculação, ou seja, o princípio que veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, excluindo-se dessa disposição tão somente a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

49. De acordo com a Constituição Federal, os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão, exclusivamente, na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. Entretanto, NÃO há necessidade de expedição de precatório em relação aos

- (A) pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (B) débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham sessenta anos de idade ou mais.
- (C) débitos de natureza alimentícia cujos titulares sejam portadores de doença grave, nos termos da lei.
- (D) pagamentos de natureza alimentícia decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (E) pagamentos decorrentes de benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

50. A respeito dos controles interno e externo do orçamento público, considere:

- I. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- II. As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- IV. Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar e julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.



51. A respeito das Leis Orçamentárias, previstas na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas do governo e o orçamento da seguridade social.
- (B) O orçamento fiscal refere-se aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta, excluindo-se as entidades da Administração indireta.
- (C) A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha, pelo menos, vinte por cento do capital social com direito a voto.
- (D) O orçamento da seguridade social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- (E) O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, compensações, transações, moratórias, parcelamentos e benefícios de natureza administrativa, penal e tributária.

52. O governador de um Estado brasileiro verificou que as receitas originárias e derivadas auferidas pelo Estado não eram suficientes para pagamento dos salários dos servidores e outras despesas correntes, referentes ao mês seguinte. A solução encontrada pelo governante foi pedir empréstimo ao Estado vizinho, que estava em excelente situação financeira.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a referida operação de crédito

- (A) poderá ser realizada, desde que destinada a financiar as referidas despesas correntes e por meio de instituição financeira oficial do Estado vizinho.
- (B) poderá ser realizada com fundamento do princípio federativo, que prevê a unidade e a solidariedade entre os Estados da República Federativa do Brasil.
- (C) não poderá ser realizada, porque a referida Lei de Responsabilidade Fiscal veda operações de crédito entre entes da Federação.
- (D) não poderá ser realizada, mas o referido Estado tem autorização da lei em comento para realizar operação de crédito com instituição financeira estatal, que está sob seu controle, a fim de obter empréstimo para pagar tais despesas.
- (E) poderá ser realizada, porque a Constituição Federal tem dispositivo expresso autorizando operações de crédito entre entes da Federação.

53. A respeito das receitas públicas, considere:

- I. São denominados ingressos ou entradas toda quantia recebida pelos cofres públicos, seja restituível ou não, sendo receita pública a entrada ou ingresso definitivo de dinheiro aos cofres públicos.
- II. Receitas correntes são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; e os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- III. Receitas de capital são as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Gerais.
- IV. Receita originária é aquela que tem origem no próprio patrimônio público imobiliário do Estado, atuando o ente público como empresário; e a receita derivada é aquela arrecadada compulsoriamente, derivando do patrimônio dos particulares.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.



54. A respeito do orçamento, considere:
- I. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara dos Deputados e pelo Tribunal de Contas da União.
 - II. São vedados o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual e a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
 - III. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
 - IV. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos especiais ou extraordinários com finalidade precisa, aprovados por Decreto do Poder Executivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) IV.

Direito Civil

55. *União de pessoas que se organizam para fins não econômicos* é conceito que se aplica às

- (A) sociedades anônimas.
- (B) sociedades empresariais.
- (C) fundações.
- (D) sociedades simples.
- (E) associações.

56. A colheita de uma plantação é considerada bem

- (A) móvel por antecipação.
- (B) imóvel por natureza.
- (C) móvel por natureza ou essência.
- (D) móvel por destinação legal.
- (E) imóvel por destinação legal.

57. Paulus desapareceu de seu domicílio, encontrando-se em local ignorado. Pedrus, em decorrência de acidente automobilístico, encontra-se em coma na unidade de terapia intensiva de um hospital. Jesus tem dezessete anos de idade. O Código Civil Brasileiro considera absolutamente incapaz, APENAS

- (A) Paulus.
- (B) Paulus e Pedrus.
- (C) Pedrus e Jesus.
- (D) Paulus e Jesus.
- (E) Pedrus.

58. Jesus é piloto da aeronáutica, e se encontra subordinado à sede do comando localizada em Brasília; estabeleceu residência com ânimo definitivo em Goiânia, mas vive alternadamente na casa de seus pais, em Salvador, e na casa de seus filhos, em Maceió. Considera-se domicílio de Jesus

- (A) Goiânia.
- (B) Brasília.
- (C) Goiânia, Salvador e Maceió.
- (D) Brasília e Goiânia.
- (E) Brasília, Goiânia, Salvador e Maceió.

59. A decadência

- (A) decorre sempre de lei, não podendo ser prevista em contrato.
- (B) é a perda de um direito pelo não exercício no prazo estabelecido.
- (C) pode, a qualquer tempo, ser renunciada pela parte a quem aproveita.
- (D) ocorre, em regra, em dez anos, contados da efetivação do negócio.
- (E) nunca pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, dependendo sempre de arguição pela parte interessada.

**Direito Processual Civil**

60. Jetro entregou a petição inicial de uma ação ordinária no protocolo do fórum competente no dia 8 de agosto. A petição inicial foi distribuída à Terceira Vara Cível no mesmo dia. No dia 9 de agosto, a petição inicial foi despachada pelo juiz, ordenando a citação do réu. O réu foi pessoalmente citado no dia 12 de agosto. O mandado de citação, devidamente cumprido, foi entregue em cartório no dia 25 de agosto e foi juntado aos autos no dia 2 de setembro. Considera-se proposta a ação no dia
- (A) 12 de agosto.
 - (B) 9 de agosto.
 - (C) 8 de agosto.
 - (D) 25 de agosto.
 - (E) 2 de setembro.
-
61. No que concerne aos pressupostos processuais, considere:
- I. Pertinência subjetiva, ativa e passiva, da ação.
 - II. Necessidade e utilidade da tutela jurisdicional pleiteada pelo autor.
 - III. Admissibilidade, em abstrato, do pedido do autor pelo ordenamento jurídico vigente.
- Tais conceitos dizem respeito, respectivamente,
- (A) à legitimidade para agir, ao interesse processual e à possibilidade jurídica do pedido.
 - (B) ao interesse processual, à legitimidade para agir e à possibilidade jurídica do pedido.
 - (C) à possibilidade jurídica do pedido, à legitimidade para agir e ao interesse processual.
 - (D) à legitimidade para agir, à possibilidade jurídica do pedido e ao interesse processual.
 - (E) ao interesse processual, à possibilidade jurídica do pedido e à legitimidade para agir.
-
62. Quanto à classificação dos prazos processuais, os prazos que podem ser alterados pelo juiz a requerimento das partes e os prazos cuja inobservância acarreta a perda da faculdade de praticar o ato processual são denominados, respectivamente, prazos
- (A) peremptórios e próprios.
 - (B) peremptórios e impróprios.
 - (C) dilatórios e impróprios.
 - (D) dilatórios e peremptórios.
 - (E) legais e judiciais.
-
63. Quanto às medidas cautelares, é INCORRETO afirmar:
- (A) A petição escrita em que o requerente pleiteia a medida cautelar, dentre outros requisitos, deverá expor sumariamente o direito ameaçado e o receio da lesão.
 - (B) A medida cautelar poderá ser substituída pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.
 - (C) Cabe à parte propor a ação no prazo de trinta dias, contados da data da concessão liminar da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.
 - (D) O prazo para contestar, qualquer que seja o procedimento cautelar, será de cinco dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido ou da execução da medida cautelar, quando concedida liminarmente ou após justificação prévia.
 - (E) É defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento, se por qualquer motivo cessar a medida.
-
64. Na ação civil pública, o réu apelou da sentença condenatória. O recurso terá efeito
- (A) devolutivo e suspensivo, em decorrência do duplo grau de jurisdição garantido pela Constituição Federal.
 - (B) apenas devolutivo, pela prevalência do interesse público sobre o interesse particular.
 - (C) devolutivo, mas o juiz poderá conferir também o efeito suspensivo, para evitar dano irreparável à parte.
 - (D) apenas devolutivo, se a ação tiver sido proposta pelo Ministério Público.
 - (E) devolutivo e suspensivo sempre que houver requerimento da parte nesse sentido.



65. No que concerne ao ato disciplinar, considere:
- I. Ato praticado por autoridade incompetente.
 - II. Ilegalidade da sanção aplicada.
 - III. Parecer contrário à prova dos autos.
 - IV. Ato praticado com inobservância de formalidade essencial.

Cabe mandado de segurança contra o ato disciplinar APENAS nas situações indicadas em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e III.

Direito Penal

66. O crime, previsto no art. 359-D do Código Penal, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.028/2000, "*ordenar despesa não autorizada por lei: Pena: reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos*"
- (A) admite a forma culposa, quando houver imprudência, imperícia ou negligência.
 - (B) inclui-se dentre os crimes de mera conduta.
 - (C) não admite a participação de particular.
 - (D) só pode ser cometido por administrador federal.
 - (E) exige a ocorrência de efetivo prejuízo para o Estado.
-
67. Nos crimes e sanções penais na licitação, Lei nº 8.666/1993,
- (A) o crime de devassar o sigilo de proposta não alcança todas as modalidades de licitação, mas apenas a concorrência pública, por tratar-se de modalidade utilizada para maiores contratações.
 - (B) aplica-se somente a pena de multa quando cometidos na forma culposa.
 - (C) não constitui crime o ato de deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação.
 - (D) aquele que, declarado inidôneo, participar de licitação, apresentando proposta, só comete crime se vier a celebrar contrato com a Administração.
 - (E) a pena de multa será calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.
-
68. Claudius entregou quantia em dinheiro a um amigo seu, Julius, oficial de justiça, para que este efetuasse o depósito judicial da pensão mensal devida a sua ex-esposa. No entanto, ele não efetuou o depósito e se apropriou do valor recebido. Nesse caso, Julius
- (A) cometeu crime de prevaricação.
 - (B) cometeu crime de peculato em seu tipo fundamental.
 - (C) cometeu crime de favorecimento real.
 - (D) cometeu crime de peculato desvio.
 - (E) não cometeu crime contra a Administração pública.
-
69. Reginaldus, funcionário público, forneceu a Petrus a relação dos nomes e da qualificação de pessoas constantes do banco de dados da Administração pública, para que este os utilizasse na propaganda das atividades da sua empresa. A utilização, porém, não chegou a ocorrer. Nesse caso, Reginaldus
- (A) não cometeu nenhum delito porque as informações não foram utilizadas.
 - (B) cometeu crime de violação de sigilo funcional.
 - (C) cometeu crime de prevaricação.
 - (D) cometeu crime de favorecimento pessoal.
 - (E) cometeu crime de condescendência criminosa.
-
70. Paulus, funcionário público responsável pela faxina de uma Delegacia de Polícia, valendo-se da facilidade que lhe proporcionava essa qualidade, subtraiu para si algumas joias que haviam sido apreendidas numa diligência policial e se encontravam na gaveta da mesa do escrivão que estava lavrando o auto de prisão em flagrante. Ao sair da delegacia, foi detido pelo Delegado, que desconfiou do volume de objetos em seu bolso. Paulus
- (A) cometeu crime de peculato mediante erro de outrem.
 - (B) não cometeu crime contra a Administração pública.
 - (C) cometeu crime de peculato em seu tipo fundamental.
 - (D) cometeu tentativa de peculato-furto.
 - (E) cometeu crime de peculato culposo.



PROVA DISCURSIVA

Instruções gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo 9, item 9.4.1, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva que:

- a) for assinada fora do local apropriado;
- b) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- c) for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- d) estiver em branco;
- e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
- f) fugir aos temas propostas.

Questão Discursiva 1

O Congresso Nacional observa estrutura constitucional de natureza bicameral em sua organização. É o que se extrai do disposto no art. 44 da Constituição ao estatuir que “o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”. A dinâmica e o perfil constitucional do sistema bicameral são percebidos, principalmente, a partir da atuação das Casas legislativas no processo de elaboração das leis. Sob essa perspectiva, analise o funcionamento do bicameralismo brasileiro conforme o regime constitucional vigente, examinando especialmente os seguintes aspectos:

- a. **a extensão da deliberação legislativa promovida pela Casa iniciadora em face de projeto de lei emendado pela Casa revisora;**
- b. **o prosseguimento do processo legislativo caso a Casa iniciadora não tenha aprovado as modificações introduzidas pela Casa revisora ao projeto de lei;**
- c. **a diferença da dinâmica e do perfil constitucional do sistema bicameral no processo de elaboração de emendas constitucionais, no processo de revisão constitucional e nas deliberações sobre matéria sujeita à sessão conjunta do Congresso Nacional.**



Em hipótese alguma será considerada a redação escrita nesta página.

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	

RASCUNHO



Em hipótese alguma será considerada a redação escrita nesta página.

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	

Questão Discursiva 2

A Constituição Federal estabelece que o controle externo será exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas englobando a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Em razão desse regramento, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso realizou inspeção em um município e levantou as seguintes situações, consignadas em relatório:

1. A Lei Orçamentária Anual – LOA não conteve os anexos de metas e riscos fiscais;
2. Além da previsão das receitas e da fixação de despesas, a LOA também tratou de autorização para a contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação da receita orçamentária;
3. Houve alteração do projeto da LOA. Apesar da emenda não tratar de assunto incompatível com o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, propôs anulação de despesa no que diz respeito:
 - a. despesa fixada para o setor da educação, reduzindo o inicialmente previsto
 - b. serviços da dívida;
4. Constatou do quadro de pessoal os seguintes cargos em comissão: auxiliar de almoxarifado, almoxarife, chefe de almoxarifado e diretor do departamento de compras;
5. Dos registros contábeis constaram erroneamente classificadas como receitas correntes as derivadas de serviços e de operações de crédito e como despesas correntes as relativas a juros da dívida pública e a subvenções econômicas;
6. Houve concessão de subvenções sociais para a prestação de serviços nas áreas de educação e meio ambiente;
7. Foi verificada a ocorrência de renúncia de receitas. Ocorreram por meio de concessão de isenção em caráter não geral e redução de alíquota do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
8. Os gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal atingiram 8% em relação à receita corrente líquida em dezembro de 2011.

Como Analista de Contas, faça um texto com comentários sobre cada uma dessas situações levantadas, à luz da Constituição Federal, Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e Lei nº 4.320/64, abordando de forma justificada se são ou não irregularidades.

Não há a necessidade de indicação de artigos de lei para a fundamentação da resposta.



Em hipótese alguma será considerada a redação escrita nesta página.

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	



Em hipótese alguma será considerada a redação escrita nesta página.

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	

RASCUNHO